

Autos Extrajudiciais n. 202100197891

Recomendação 2021003034877

RECOMENDAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, por seu representante que esta subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, e artigo 196 da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 e artigo no artigo 47, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n 25/98 e nos termos da Resolução n.º 09, de 27 de agosto de 2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, bem como nas demais normas que regulamentam a matéria, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, entre os quais o direito à saúde, previsto no artigo 196 da Norma Ápice, sendo certo que a vida é o bem maior a ser protegido pela ordem jurídica, devendo ser prioridade para todo gestor público, sobretudo em época de pandemia;

CONSIDERANDO que em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia para o Coronavírus^[1], ou seja, momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos, bem como a situação de calamidade pública imposta ao Estado de Goiás com a chegada da pandemia da COVID-19, com edição de vários atos normativos, em especial o Decreto Legislativo nº 501, de 20/03/2020;

CONSIDERANDO a expressa determinação do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020, ao determinar que as medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pela infecção humana pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) "**somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública**";

CONSIDERANDO, de igual forma, a necessidade de observância do que estabelece o Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 e suas alterações, dentre outras medidas, a reiteração da situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, instado a se manifestar sobre a divisão constitucional de competência legislativa entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na edição de atos normativos voltados ao enfrentamento da COVID-19, assegurou o exercício da competência concorrente aos Governos Estaduais e Distrital e suplementar aos Governos Municipais (ADI 6341 e ADPF 672), amparando-se nos princípios da precaução e da prevenção, pelos quais, havendo qualquer dúvida científica acerca da adoção da medida sanitária de distanciamento social, a questão deve ser solucionada em favor do bem saúde da população (ADPF nos 668 e 669), autorizando os Municípios, no exercício de sua competência legislativa suplementar, apenas intensificar o nível de proteção estabelecido pela União e Estado, mediante a edição de atos

normativos que venham a tornar mais restritivas as medidas concebidas pelos referidos entes federativos;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 prevê que os municípios goianos, no exercício de sua competência concorrente, desde que fundamentados em nota técnica da autoridade sanitária local, respaldada em avaliação de risco epidemiológico diário das ameaças (fatores como a incidência, mortalidade, letalidade etc) e vulnerabilidades (fatores como disponibilidade de testes, leitos com respiradores, recursos humanos e equipamentos de proteção individual), poderão, sob sua responsabilidade sanitária, impor **restrições adicionais** ou **flexibilizar** as existentes para a abertura de atividades econômicas, ou sociais, ou particulares;

CONSIDERANDO ainda que o referido artigo impõe que a faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas **não poderá ser utilizada quando o município estiver situa do em região com situação classificada como de calamidade**, segundo o mapa de risco divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde, e que a faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas somente poderá ser utilizada quando o município estiver situado em região com situação classificada como crítica ou de alerta, sendo que na hipótese de aumento dos casos notificados de infecção por COVID-19 em quantidade capaz de colocar em risco a capacidade de atendimento hospitalar da região, o Estado poderá intervir com novas medidas de restrição.

CONSIDERANDO o teor do Plano Estadual de Contingência para o Enfrentamento da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que prevê, dentre seus objetivos específicos, o estabelecimento de atuação coordenada, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e demais setores envolvidos, na perspectiva de conferir a devida e eficiente resposta aos casos;

CONSIDERANDO que, inobstante as tentativas de contenção da pandemia da COVID-19, chegou ao conhecimento deste órgão ministerial, quando da reunião do COE - Centro de Operações de Emergências, que **o Município de GOIÂNIA** pode ser indicado para receber eventos relacionados à COPA AMÉRICA;

CONSIDERANDO que no dia de hoje, **o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, sob sua gestão, está com 77,95% de ocupação de leitos de UTI para casos da COVID-19 e com 71,64% dos leitos de Enfermaria ocupados para casos da COVID-19^[2];

CONSIDERANDO que nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 e suas alterações, **a responsabilidade sanitária**, decorrente de maior restrição ou flexibilização em relação às regras estaduais, **é do Município**, ou seja, o Prefeito Municipal e os dirigentes da saúde devem se atentar para o compromisso público (garantia do acesso integral e universal - art. 196 da Constituição Federal) no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que a autonomia e a discricionariedade dos atos públicos são diretamente proporcionais ao nível de garantia dos direitos fundamentais das pessoas, razão pela qual o poder público existe;

RESOLVE:

I - RECOMENDAR ao **Prefeito do Município de GOIÂNIA** e ao **Secretário Municipal de Saúde de GOIÂNIA** que adotem medidas para IMPEDIR a realização de qualquer evento relacionados à COPA AMÉRICA em GOIÂNIA, como a partidas de futebol ou a hospedagem de delegações.

II - REQUISITAR resposta a esta Recomendação no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as providências adotadas, o que deverá ser feito por meio do endereço eletrônico 88promotoria@mpgo.mp.br.

Ressalta-se que "recomendar não é determinar, sendo plenamente factível que o destinatário da recomendação esteja convicto da licitude de seu comportamento e opte por não endossar o entendimento firmado pelo Ministério Público." (GARCIA, Emerson. Ministério Público, Organização, Atribuições e Regime Jurídico, 2005, p. 383).

Goiânia/GO, 31 de maio de 2021.

Joel Pacífico de Vasconcelos
Promotor de Justiça em substituição

[1] <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812>

[2] <<https://datasets.saude.gov.br/docs/coronavirus/boletim/boletim.pdf>>. Acesso em 31/05/2021, às 21h45



Documento assinado eletronicamente por **Joel Pacifico de Vasconcelos**, em **01/06/2021**, às **15:56**, e consolidado no sistema Atena em 01/06/2021, às 15:56, sendo gerado o código de verificação 0980a5b0-a539-0139-e58d-0050568b765d, conforme Ato Conjunto PGJ-CGMP n. 4/2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida mediante a leitura do QR Code.